



## Editorial

O terceiro número da revista “Espaços vividos, Espaços construídos: Estudos sobre a cidade, o primeiro do ano de 2016, apresenta um conjunto de 8 artigos sobre temáticas e abordagens teóricas e metodológicas muito diversas e que marcam a atualidade da agenda na área dos estudos urbanos.

A abrir, encontramos uma digressão sobre as mais recentes transformações da cidade de Lisboa e sobre os novos desafios que se colocam ao seu centro antigo e que são alvo de análise por parte de João Rafael Santos. O autor contextualiza o fenómeno recente da turistificação de Lisboa à luz de estratégias de revitalização urbana com ligações ao planeamento urbano e à gestão urbanística.

Um conjunto de textos tem como mote central a (re)qualificação do espaço. Zélia Simões e Roselane Bezerra abordam a importância e a aplicabilidade da luz e da cor na requalificação da imagem arquitetónica e urbana da paisagem diurna e noturna na zona de Cacilhas em Almada. Fazem ainda alusão às potencialidades do uso da cor na reinvenção da cidade e ao uso de uma metodologia de planeamento interdisciplinar neste contexto de intervenção urbana.

No artigo da autoria de Isabel Raposo e Sílvia Jorge fica claro que a participação e a incorporação dos saberes da população residente nos projetos de arquitetura e urbanismo não constituem propriamente uma ameaça ao saber técnico e à decisão política, constituindo antes de mais um exercício de cidadania por parte dos técnicos e dos cidadãos residentes. É através dessa interção que é possível refundar uma democracia participativa e de proximidade potenciadora de processos de autonomização, empowerment, a fim de promover o bem comum e a qualidade de vida na cidade de e para todos.

A este respeito ambas as autoras ao ressitua-rem a sua análise na perspetiva de Henri Lefebvre sobre o direito à cidade, apresentam uma reflexão crítica sobre a qualificação urbana em bairros peri-centrais e autoproduzidos em Lisboa e Maputo. As autoras desenvolvem uma análise reflexiva e comparativa em que se evidencia os fatores que favoreceram a qualificação e os que obstaculizam o processo. De referir que os habitantes mais marginalizados são os habitantes dos dois exemplos nacionais. Por outro lado, estes foram mais ouvidos e auscultados comparativamente com os residentes de Mapu-

toque são ignorados e silenciados. Situando-se na Área Metropolitana de Lisboa, Joana Fernandes assume que a diversidade, complexidade e cambiantes das Áreas Urbanas de Génese Ilegal exige uma abordagem e intervenção multidisciplinar. Neste texto, o olhar do arquiteto é cruzado com a visão das ciências sociais, no sentido de indagar qual o lugar do bairro na sociedade e na cidade hodiernas. A autora apresenta ainda algumas estratégias diferenciadas com o intuito de valorizar e potencializar a gestão e ocupação do solo e melhorar a qualidade de vida dos residentes nas AUGIS.

Neste domínio, a proposta de Maria João Pereira parte de uma reflexão sobre o desenho urbano num território da cidade de Lisboa – o Vale do Rio Seco. Reconhecendo a importância da ligação entre o urbanismo e as ciências sociais, a autora analisa o pensamento de três autores: Richard Sennett, François Ascher e Jan Gehl, sobre o espaço público, procurando encontrar neles propostas que não só respondam às necessidades e expectativas dos habitantes, mas que também propiciem novas vivências individuais e sociais.

O contributo de Tiago Cardoso centra-se sobre o lugar do espaço na arquitetura moderna, realçando a importância da planta livre, demonstrando a inevitabilidade, e até a conveniência, de um espaço moderno homogêneo e isotrópico.

A Revista encerra com dois textos, o de Patrícia Matias e o de Diana Graça. Ambas as autoras partem de perspetivas distintas, embora complementares: a primeira situa-se no quadro do design inclusivo, e a segunda focaliza-se no âmbito da análise urbana e arquitetónica. Contudo, ambas questionam o papel das políticas urbanas ao nível da gestão e organização do território e das estruturas arquitetónicas no sentido de conferir às pessoas idosas um habitar confortável e digno nesta fase do seu ciclo de vida. Sendo escassos os trabalhos em língua portuguesa nos domínios da arquitetura e do urbanismo que abordam o envelhecimento demográfico relacionando-o com o espaço urbano e com as estruturas arquitetónicas, estes dois textos vem de certo modo colmatar esta lacuna e vazio.

*Maria Manuela Mendes*